

A HISTORICIDADE DE JOÃO PENHA OU O TEMPO DO POETA

ARMANDO MALHEIRO DA SILVA*

1. O HOMEM E O POETA PERFILADOS...

O convite dos Professores Francisco Topa e Elsa Pereira foi irresistível e, nessa medida, voltei a sucumbir ao apelo da História, não obstante o afastamento, que venho tentando, para encerrar as minhas contribuições neste domínio, por não dispor de tempo para refrescar leituras e investir em novos temas de pesquisa. A verdade é que este novo desafio surgiu na linha de outro, que aceitei: o de enquadrar Aquilino Ribeiro no seu tempo histórico, mais precisamente nas conjunturas históricas atravessadas pela existência desse escritor. Trata-se, aqui, de seguir uma abordagem semelhante, acompanhando a existência do poeta nas suas conjunturas.

Vejamos, então, o «Nervoso mestre, domador valente da Rima e do Soneto português» no seu tempo histórico, baseado no estudo biográfico-literário de Elsa Pereira.

«O poeta é um fingidor»... E o escritor também!... A ideia de que a obra independe do autor, ou seja, da sua vida, da sua personalidade, da sua caminhada trivial pelas esquinas e vielas existenciais, atribuída a André Gide (1869-1951), complementa a anterior, tendo sido calorosamente acolhida nos círculos e nos debates literários, perdurando ainda uma atitude de reserva sobre eventuais projeções profundas do ficcionista na sua escrita ficcionada. E é oportuno dizer-se, como notou recentemente

* Universidade do Porto/CITCEM.

Diogo Ramada Curto, em artigo publicado na revista do «Expresso», que os laços entre a Arte e a Literatura são estreitos e profundos, e a mesma tendência de descolar a obra do artista da sua existência temporal concreta fez também «escola» com consequências interpretativas nefastas...

Para se retificar essa tendência reducionista e equivocada, a alternativa consiste em situar a obra e o artista no tempo histórico, e isto faz-se de várias maneiras. Desde logo, no exercício de aplicação do sujeito às respetivas conjunturas históricas que atravessou como ser vivente, e, dentro desta abordagem, cabe associar o conceito operacional de geração, já usado com proveito compreensivo por historiadores da Literatura e da Cultura. A este propósito importa esclarecer que o termo geração tem dois sentidos fortes: (1) biossocial ou genealógico, em que geração é o conjunto de pessoas que nascem de uma relação conjugal ou extraconjugal ou ainda de outras relações, em que um dos progenitores é o mesmo, e, derivando desta aceção, atribui-se à geração de uma pessoa a cronologia do seu nascimento; e (2) o período em que a pessoa transitou da juventude para o estado adulto, adquirindo a matriz formativa e a maturidade cognitiva e psicossocial que a estrutura como personalidade integral.

Propõe-se, com este tipo de contribuição da História para a Literatura, uma abordagem que combina conjuntura com geração em sentido segundo. Entretanto, aqui, limitamo-nos a uma mostra didática e simplificada. A sua aplicação adequada só se pode concretizar, efetivamente, em trabalhos de fôlego como a biografia ou estudo historicocultural monográfico.

2. JOÃO PENHA NAS CONJUNTURAS HISTÓRICAS

A conjuntura e a estrutura, conceitos operatórios braudeleanos (Fernand Braudel, 1902-1985) continuam bastante úteis e empregues segundo óticas várias (mais redutoras umas, mais abrangentes outras).

Começo por aceitar a definição, dada por Pierre Vilar, como «o conjunto das condições articuladas entre si que caracterizam um dado momento no movimento global da matéria histórica [...] todas as condições, tanto das psicológicas, políticas e sociais, como das económicas ou das meteorológicas»¹. Para Braudel, estrutura correspondia a uma «realidade que o tempo desgasta e transporta durante um longo período»². Conjunto de condições articuladas entre si que caracterizam um dado momento, sendo que há que matizar e até traduzir este termo por um «período médio», nem curto ou fugaz, nem longo. E, neste sentido, é possível identificar, em Portugal, para o período de vida de João Penha (20 de abril de 1839 a 3 de fevereiro de 1919) as seguintes conjunturas:

¹ VILAR, 1985: 77.

² VILAR, 1985: 63.

- 1.^a conjuntura, 1834-1851;
- 2.^a conjuntura, 1851-1890;
- 3.^a conjuntura, 1890-1926.

2.1. Conjuntura 1834-1851

Cinco anos após o fim da guerra fratricida, que opôs liberais a absolutistas, pedristas a miguelistas, «pedreiros livres» a contrarrevolucionários, o Portugal «moderno» ao Portugal «antigo», nasceu João de Oliveira Penha Fortuna, na cidade de Braga, Freguesia de S. João do Souto. Nasceu e foi criança dentro de uma conjuntura nacional marcada pelos efeitos nocivos de uma guerra longa e brutal na economia, e por uma instabilidade político-institucional que duraria até meados do século XIX.

No plano político, podemos destacar o confronto entre setembristas (Passos Manuel, Revolução de Setembro de 1836) e cartistas ou cabralistas (Costa Cabral, defensor da Carta de 1826 outorgada por D. Pedro IV), a eclosão da revolta da «Maria da Fonte» ou «Revolução do Minho» (1846) e a «Guerra da Patuleia» (6 de outubro de 1846 a 30 de junho de 1847, data da assinatura da Convenção de Gramido), na qual se envolveram miguelistas apostados em fazer vingar a «Contrarrevolução».

No plano institucional, começa a edificação do Estado liberal sob a influência dos modelos francês e inglês, com uma reforma do mapa concelhio e territorial (extinção e fusão de concelhos), centralização do Poder através de mecanismos de controlo em nível regional e local (criação do Governo Civil e da Administração do Concelho), a consagração do bicameralismo (Câmara de Deputados e Senado), entre outras medidas «saneadoras» do «Antigo Regime»...

No plano económico, avultam as leis promulgadas pelo Governo na Terceira e, após o fim da guerra civil, foram produzindo efeitos vários, nomeadamente a desamortização dos bens das Ordens Religiosas, o fim progressivo do sistema rentista e da cobrança de foros que culminou com a extinção dos morgadios, tornando a terra um bem transacionável e, daí em consequência, a compra, pela burguesia emergente, de importantes bens eclesiásticos postos em hasta pública, o regresso de abastados proprietários procedentes do Brasil (a independência desta colónia teve um forte impacto económico e político) e as condições favoráveis ao capitalismo comercial, industrial e financeiro, que, no entanto, só medraram efetivamente na conjuntura seguinte.

2.2. Conjuntura 1851-1890

João Penha era filho de um escrivão de Direito em Braga e, pelo lado materno, pertencia a uma família — Oliveira Braga — de negociantes e com reconhecido talento artístico. Este lar burguês, amparado pelos proventos do funcionalismo judicial e do comércio, não obstante tratar-se de família numerosa (oito irmãos, um rapaz e sete raparigas), permitiu-lhe, sem que frequentasse qualquer estabelecimento de en-

sino oficial, fazer exame de instrução primária como aluno externo do Liceu Nacional de Braga (1856), seguindo depois para Coimbra, onde partilhou residência com o irmão, para demoradamente abraçar a «Velha Senhora» (Universidade de Coimbra) a fim de cursar Direito (1866). Ingressaria, como tantos outros da sua geração, e, sobretudo, das gerações seguintes, na «horda de bacharéis» recrutada pela Burocracia do Estado, pela advocacia, pela vida político-partidária e pelo jornalismo.

O seu pendor literário/poético sofreu as influências do seu tempo, sendo de notar que, por exemplo, o Romantismo, vindo de trás, instalou-se em Portugal na 1.^a e 2.^a conjunturas.

No plano político-institucional, a 2.^a conjuntura começou não apenas com a Regeneração (mais um golpe militar do famoso e irrequieto Marechal Saldanha), mas com estabilização do regime liberal, através da consolidação de um bipartidarismo de matriz rotativista — o Partido Regenerador (herdeiro do Cartismo) e o Partido Progressista (de início «Histórico» e com raízes setembristas). E com a ascensão, ao Poder, de Fontes Pereira de Melo, primeiro titular do Ministério das Obras Públicas/Fomento, surgido no 1.^o Governo da Regeneração.

Fontes Pereira de Melo aumentou o número de estradas, construiu o primeiro troço do caminho de ferro, que ligava Lisboa ao Carregado, iniciou a construção de outros dois caminhos de ferro (Vendas Novas e Sintra) e montou a primeira linha telegráfica. Além dessas obras, iniciou a revolução dos transportes e das comunicações, inaugurando carreiras regulares de barcos a vapor, os serviços postais e as redes telefónicas. Este importante plano de fomento foi concretizado através da realização de empréstimos, na expectativa de atrair investimento privado, desenvolvimento industrial e acentuado crescimento económico. O resultado ficou muito aquém das expectativas...

Nesta conjuntura, o País modernizou-se, ou seja, começou, finalmente, a acompanhar o ritmo de progresso civilizacional que irrompera em Grã-Bretanha e França, na sequência da 1.^a revolução industrial.

João Penha fez-se em Coimbra estudante-poeta e boémio famoso, estabelecendo relações de amizade com futuros nomes da Literatura e da Política, e envolvendo-se, por exemplo, na ruidosa «Questão Coimbrã».

Concluído o curso jurídico, o Poeta regressou a Braga, onde haveria de granjear «reputação de jurisconsulto brilhante».

2.3 Conjuntura 1890-1926

O ocaso do poeta, marcado por uma aproximação do Neorromantismo, «quer pelos temas e estilemas preferidos, quer pela oposição programática à estética obje-

tivista de Taine»³, deu-se nesta terceira e última conjuntura, marcada, entre outros traços, pela queda da «Regeneração» ou do «Fontismo», pelo «Ultimatum» inglês (fevereiro de 1890), pela indignação nacional subsequente, pelo impulso nacionalista e regeneracionista do republicanismo português e pelo agudizar da bancarrota financeira (a dívida contraída com a política de fomento desencadeada por Fontes Pereira de Melo). O Portugal finissecular tinha uma população de 5 milhões e meio de habitantes. Em 1890, 61% do total da população ocupava-se no setor primário, mas em 1911 esse valor descera para 57%; no setor secundário, 18,4%, e chegou a 21%, em 1911; e no terciário, 20,6%, entretanto, em 1911, atingiu 22%.

A travar o desenvolvimento capitalista, havia mais de 40% de terras incultas, escassa e limitada mecanização da agricultura, excessiva fragmentação da propriedade fundiária e de produção, deficiência em alguns produtos como os vinhos, ausência de mão-de-obra preparada, restrições do mercado interno e gritantes falhas do sistema de instrução pública.

A conjuntura em pauta insere-se, em termos europeus e ocidentais, na 2.^a vaga de industrialização ou «imperialismo» (1870-1918), sofrendo influências diretas e exibindo dificuldades de ajustamento a essa nova fase do capitalismo mundial. No entanto, entre 1890 e 1926, os progressos verificados no setor secundário são inegáveis, tanto pela produção de bens de consumo (têxteis, calçado, alimentação e moagem), como na construção civil, mobiliário, tabaco e refinação do açúcar, estas últimas beneficiadas pelo mercado colonial. Nasceram novas indústrias, como a dos cimentos (1894), tintas e vernizes (1888-95) e a extração de óleos e superfosfatos (1900). Mas, nos mercados externos, as indústrias mais bem-sucedidas foram a cortiça e as de conservas.

Aos 71 anos, João Penha assiste ao fim da Monarquia e ao raiar da «aurora republicana» e viverá a fase eufórica e convulsa da 1.^a República, entre 1910 e 1919 – início do ano marcado pela fugaz «Monarquia do Norte» e pela fracassada «Revolta de Monsanto».

Este exercício de enquadramento histórico é proposto para ser útil como instrumento de interdisciplinaridade entre a História e a Literatura. A ideia condutora é a de que a obra de arte não nasce, ou floresce, fora do tempo e do espaço, e que a vida do Autor é afetada por temporalidade e espacialidade. João Penha é coevo de Eça de Queiroz, para citar um grande nome, entre outros. Viveu num Portugal em lenta modernização, pós-trauma Guerra Civil e recetor das revoluções externas que iriam transformar a Europa e o Mundo Civilizado. Marx era vivo e desenvolvia a sua teoria crítica, filosófica e política do capitalismo, e Portugal estava, conservadoramente, na periferia, recebendo ecos, apenas ecos do torvelinho revolucionário além-fron-

³ Seabra Pereira cit. por PEREIRA, *ed.*, 2015: vol. I, 123.

teira!... João Penha insurge-se contra o sentimentalismo poético que abafava o seu tempo, contudo não conseguiu distanciar-se completamente da Monarquia Constitucional, que poderia ter sido um regime de Progresso se os atavismos e os mimetismos sociais não tolhessem as elites e não deixassem espaço ou válvula de escape aos novos, que, convertidos a um republicanismo pretensamente radical e autoritário, na prática um liberal-capitalismo progressista inconsequente, debateram-se com o dilema de ousar mudar ou mudar apenas um pouquinho... João Penha e seus coevos literatos (escritores e poetas) atuaram sobre e deixaram-se contaminar pelo Portugal do tempo em que viveram: foram arautos de inovação e mudança estilística e mudança de postura mental, mas não se libertaram da pequenez e da periferia... A sua geração não foi a de 70, antecedeu-a um pouco, foi inebriada pela estabilidade fontista e por uma modernização socioeconómica e política incompleta ou interrompida, com problemas estruturais adiados. A sua geração não mergulhou no decadentismo, mas de alguma maneira contribuiu para ele... O País de bacharéis pendurados no funcionalismo público, que o Estado usava e sustentava, foi consolidado pela geração de 60, cujo cadinho único e marcante continuava a ser, e seria, até ao dealbar da República, a Universidade de Coimbra — um estabelecimento antigo, alcunhado de «Velha Senhora», que tinha na mão somente a «bíblica» Sebenta... Quando a Europa se ia transformando por efeito da vaga industrial avançada e pelo desenvolvimento galopante da Ciência, Portugal mantinha as suas elites, enquanto potencial agente transformador, enclausuradas numa formação superior presa à reforma pombalina ocorrida em setecentos!... O Portugal moderno ainda era — pasmese! — pombalino, e o pombalismo, note-se, foi travado subsequentemente...

Os especialistas da obra literária de João Penha podem analisar a sua inspiração e a sua produção poética, no quadro histórico das conjunturas e da pertença a uma geração (formativa) que são o contexto de inteligibilidade direta e indireta: os textos publicados e inéditos refletem a sensibilidade do Autor, as suas leituras e reflexões, como também refletem, inevitavelmente, o «acontecimental» e as questões grandes ou pequenas que pela imprensa lhe chegavam e o afetavam. Por isso, entende-se oportuno incluir, nos estudos literários, a abordagem conjuntural e geracional com mais detalhe e panorâmica alargada, de modo a possibilitar-se leitura multidimensional do textual (poética e prosa).

Longe de Lisboa e de Coimbra ou «Alma Mater», a sua «rede» de amigos influentes manteve-se pelo mérito do seu tempo áureo coimbrão e pela justa fama literária, o que não o impediu de findar seus dias a sustentar irmãs enfermas e a necessitar de uma pensão do Estado.

BIBLIOGRAFIA

- AZEVEDO, António Carlos do Amaral (1991) — *Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos*. Com a colaboração de Rodrigo Lacerda. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- CARNEIRO, Roberto; MATOS, Artur Teodoro de, *dir.*, [s.d.] — *Memória de Portugal: o milénio português*. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 442-491.
- DICIONÁRIO de História de Portugal Ilustrado*. Lisboa: Formar — Edições para Ensino e Cultura Lda., (1982), 2 vols.
- MARÍAS, Julián (1961) — *El Método histórico de las generaciones*. 3.^a ed. Madrid: Revista de Occidente.
- MARTINHO, Fernando J. B. (1993) — *A Década e a geração em periodização literária com referência à poesia portuguesa dos anos 50*. «Revista da Biblioteca Nacional», 2.^a série, 8 (2). Lisboa: [s.n.], 47-84.
- PEREIRA, Elsa (2015) — *Obras de João Penha: edição crítica e estudo*. Porto: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória.
- PIRES, António M. Bettencourt Machado — *A ideia de decadência na geração de 70*. Lisboa: Editora Vega, 1992,
- RODRIGUES, António Augusto Simões *dir.* (1996) — *Histórias Comparada: Portugal, Europa e o Mundo: uma visão cronológica*. Lisboa: Círculo de Leitores e Autores.
- SILVA, Armando Malheiro da (2013) — *Aquilino no(s) tempo(s): trajetória histórica*. In REYNAUD, Maria João; TOPA, Francisco; GREENFIELD, John *eds.* — *Nos Passos de Aquilino*. Frankfurt: Peter Lang, p. 57-69.
- VILAR, Pierre (1985) — *Iniciação ao vocabulário da análise histórica*. Lisboa: Edições João Sá da Costa.